



international institute
of social history

INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

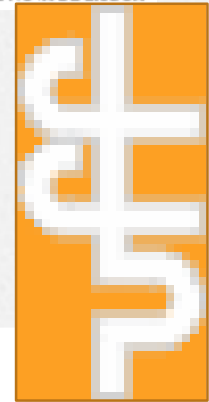


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS

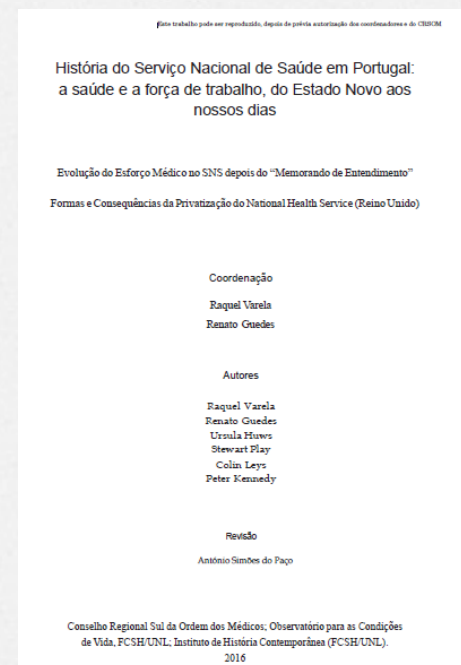
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL:
ESQUEMA FINANCEIRO
FRAUDULENTO E SISTEMA DA DÍVIDA
7-9/11/2017**

Dívida Pública em Portugal



Raquel Varela
UNL-IISH-PPGH/UFF
raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk



Administrações Públicas: dívida bruta em % do PIB

Quanto é, em percentagem do PIB, a dívida pública acumulada?

Indicador

Dívida bruta das Administrações Públicas em % do PIB ▼

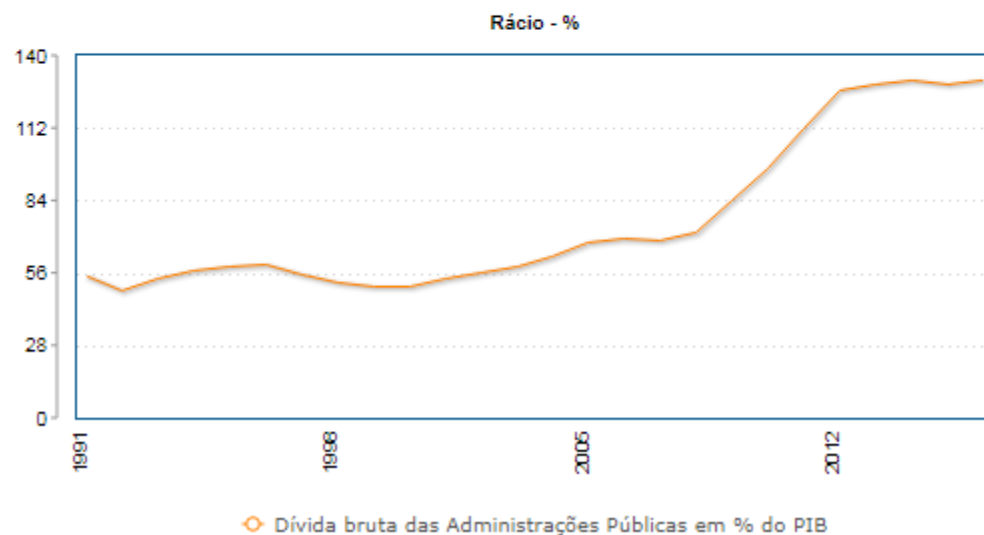
2016

Pro 130,1
%

1991

54,9
%

Dívida bruta das
Administrações
Públicas em % do PIB



Fonte: Pordata acesso em 5/11/2017

Modelo de Cálculo – Quem Paga o «bem estar» no Estado Social

- + contribuição dos trabalhadores para a segurança social
 - + impostos directos pagos pelos trabalhadores
 - + quota dos trabalhadores nos impostos indirectos
 - – despesas com gastos sociais
-

= **salário social líquido**

O que é a «Remuneração» dos Trabalhadores?

Salário directo

Salário em espécie

Salário social líquido

Conclusão I

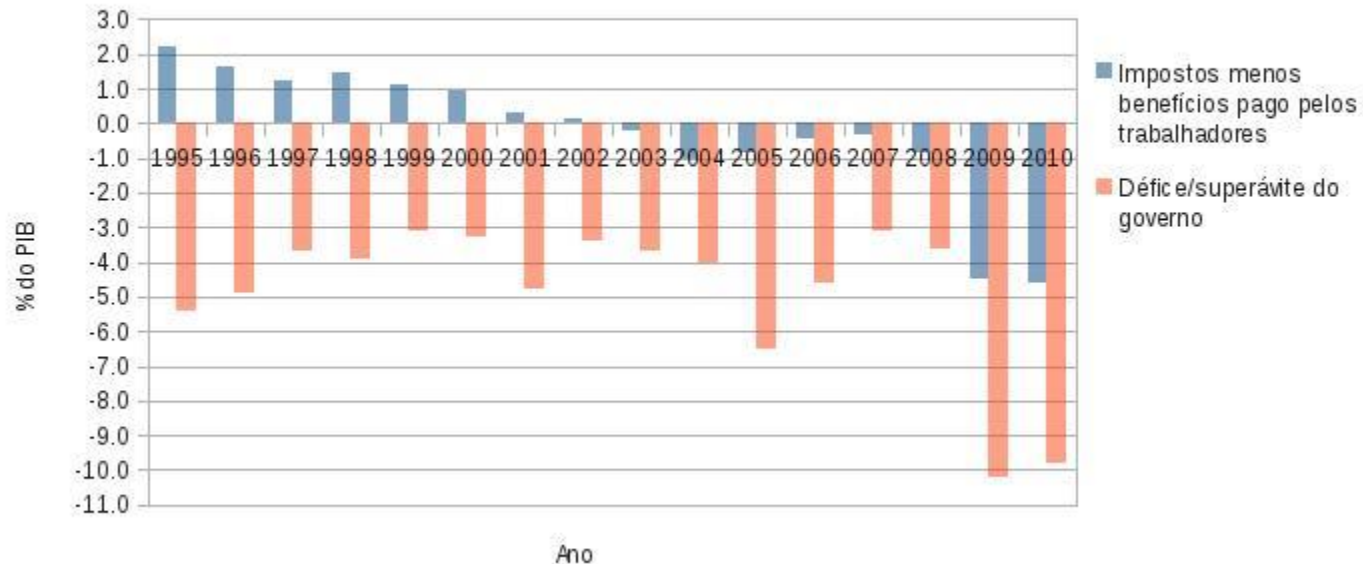
«Rendimento» dos
Trabalhadores (**cerca de
50%** equivalente PIB)

Impostos pagos pelos
trabalhadores: **cerca de
75% do total**

PIB +-

**170 000 000 000
Euros**

Défice/superávit do governo e impostos e benefícios dos trabalhadores



Fonte: Varela, Raquel (org), Quem paga o Estado Social em Portugal?, 2013

Conclusão – não são gastos, são funções suportadas pelos impostos

1995-2002 – superavit

2003-2008 – deficit -1%

2008-2010 deficit 4%

Gasto na saúde

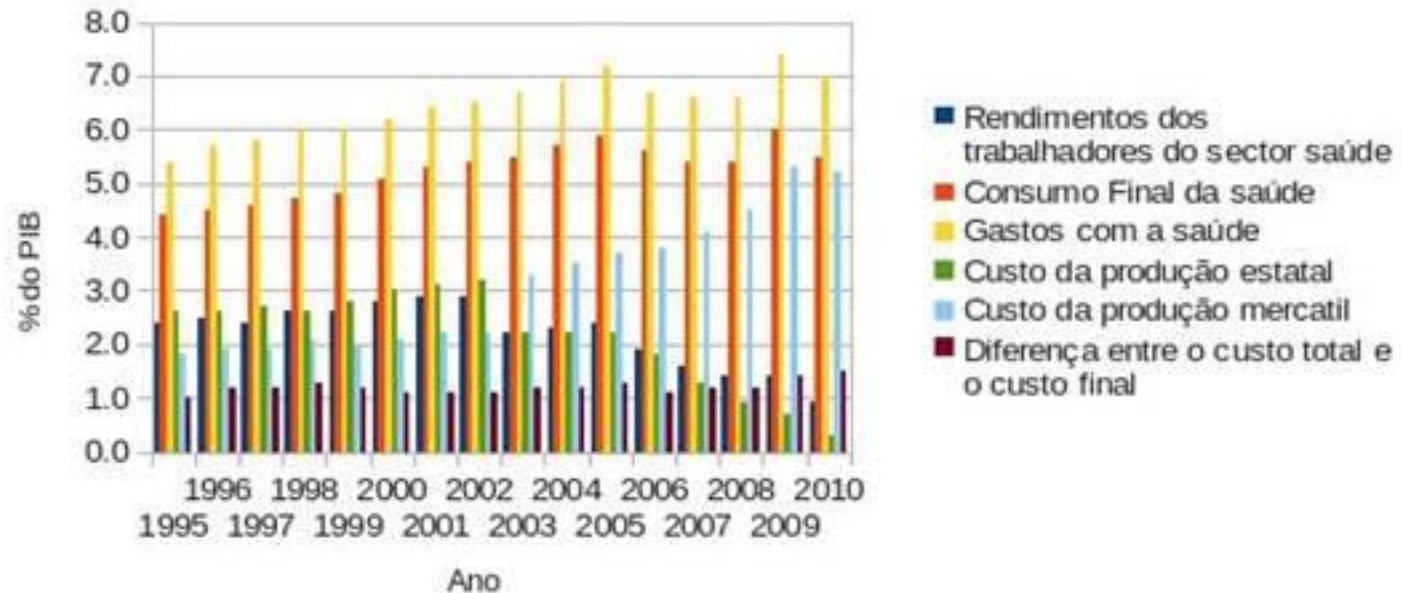


GRÁFICO 1

Fonte: *General Government Expenditure by Function (COFOG)*

Quadro 4 – Repartição dos trabalhadores por escalão do salário líquido – 2015/2017

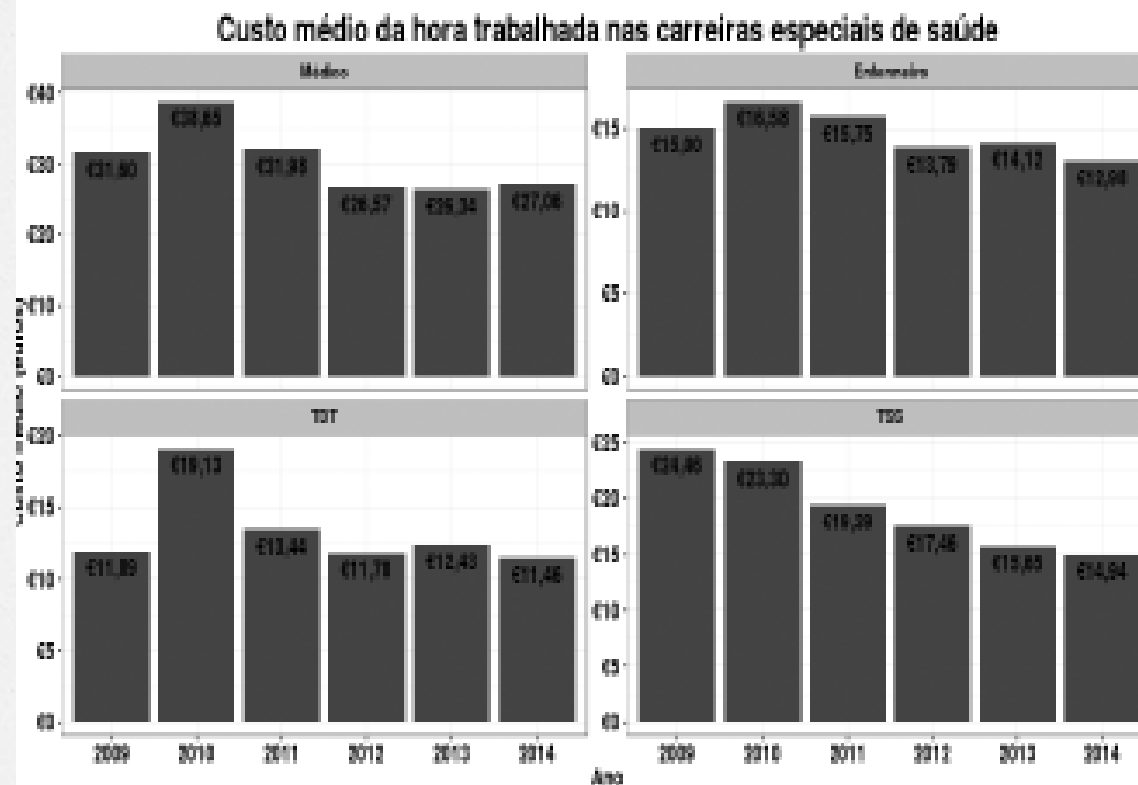
Escalaão de rendimento salarial mensal líquido	GOVERNO PS ANTÓNIO COSTA/MEIRA DA SILVA							
	Portugal - 4º Trím.2015	Portugal - 2º Trím.2016	Portugal - 2º Trím.2017	2ºTrím.2017 - 4º Trím.2015	2ºTrím.2017 - 2ºTrím.2016	4ºT.2015 % do Total	2ºT.2016 % do Total	2ºT.2017 % do Total
	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares	Milhares			
Trabalhadores por conta de outrem	3.734,9	3.775,8	3.931,8	196,8	156,7	100,0%	100,0%	100,0%
Menos de 310 euros	143,3	132,7	128,8	-14,5	-4,7	3,8%	3,5%	3,3%
De 310 a menos de 600 euros	1.026,8	1.024,8	998,3	-27,7	-26,7	27,5%	27,1%	25,4%
De 600 a menos de 900 euros	1.066,7	1.141,7	1.245,3	178,6	103,6	28,6%	30,2%	31,7%
MENOS DE 900 EUROS	2.236,8	2.299,2	2.371,8	135,6	73,2	60,0%	60,8%	60,3%
De 900 a menos de 1 200 euros	477,8	443,5	512,5	34,6	69,1	12,8%	11,7%	13,0%
De 1 200 a menos de 1 800 euros	462,1	462,5	471,5	9,5	9,0	12,1%	12,3%	12,0%
De 1 800 a menos de 2 500 euros	104,1	115,5	119,2	15,2	3,7	2,8%	3,1%	3,0%
De 2 500 a menos de 3 000 euros	25,1	23,7	33,1	8,0	9,4	0,7%	0,6%	0,8%
3 000 euros e mais euros	29,9	25,4	29,6	-4,3	-1,2	0,8%	0,6%	0,8%
NS/NR	416,5	400,5	393,5	-16,7	-9,7	11,0%	10,7%	10,0%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 4.º trimestre de 2015 e 2017.

Entre o 4º Trím.2015 (o governo PS entrou em funções em Nov.2015) e o 2º Trím.2017, o número de trabalhadores a receber um salário líquido inferior a 900€, aumentou de 2,23 milhões para 2,37 milhões (+135,6 mil). Em percentagem do total, registou-se uma subida de 59,9% para 60,3%. Embora neste período tenha diminuído o número de trabalhadores com salários líquidos inferiores a 310€ (de 143,3 mil para 128 mil) e com salários entre 310€ e 600€ (de 1.026 mil para 998,3 mil), e aumentado os com salários líquidos entre 600€ e menos de 900€ (de 1.066,7 mil para 1.245,3 mil), passando a ser o salário dominante o entre 600€ e menos de 900€. E isto apesar da população empregada com o ensino secundário e superior já representar, em 2017, 52,2%. Em Portugal, persiste claramente o modelo de baixos salários como mostram os dados do INE.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt , 18-8-2016

Eugénio Rosa – economista – este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com Página 2



Balanço Social Global do Ministério da Saúde (2009 - 2014)

Figura 4.19: Custo médio da hora trabalhada.

Fonte: Varela, Guedes, «História do SNS em Portugal: a saúde e a força de trabalho, do Estado Novo aos Nossos dias», Observatório para as Condições de Vida (FCSH-UNL), Conselho Regional Sul da Ordem dos Médicos, IHC, Dezembro de 2016, 251 pág.

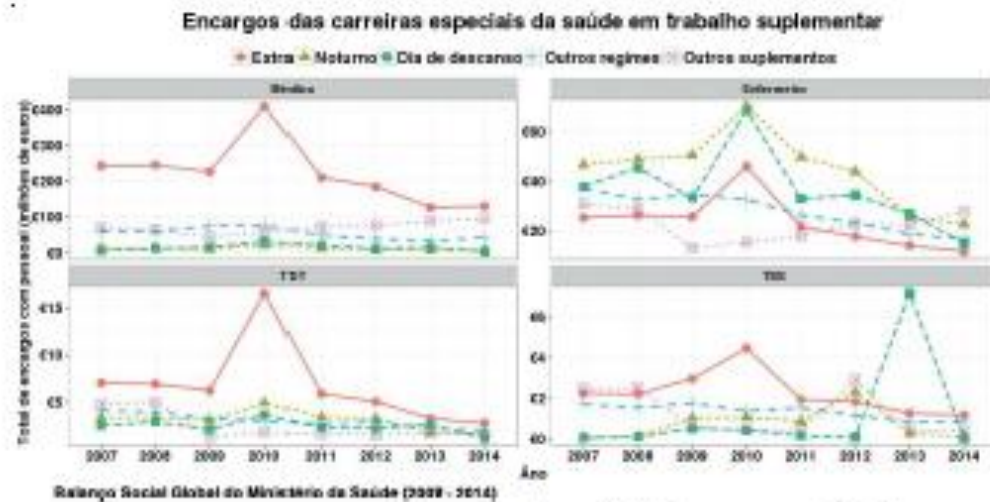


Figura 4.20: Encargos com o trabalho suplementar

Fonte: Varela, Guedes, «História do SNS em Portugal: a saúde e a força de trabalho, do Estado Novo aos Nossos dias», Observatório para as Condições de Vida (FCSH-UNL), Conselho Regional Sul da Ordem dos Médicos, IHC, Dezembro de 2016, 251 pág.

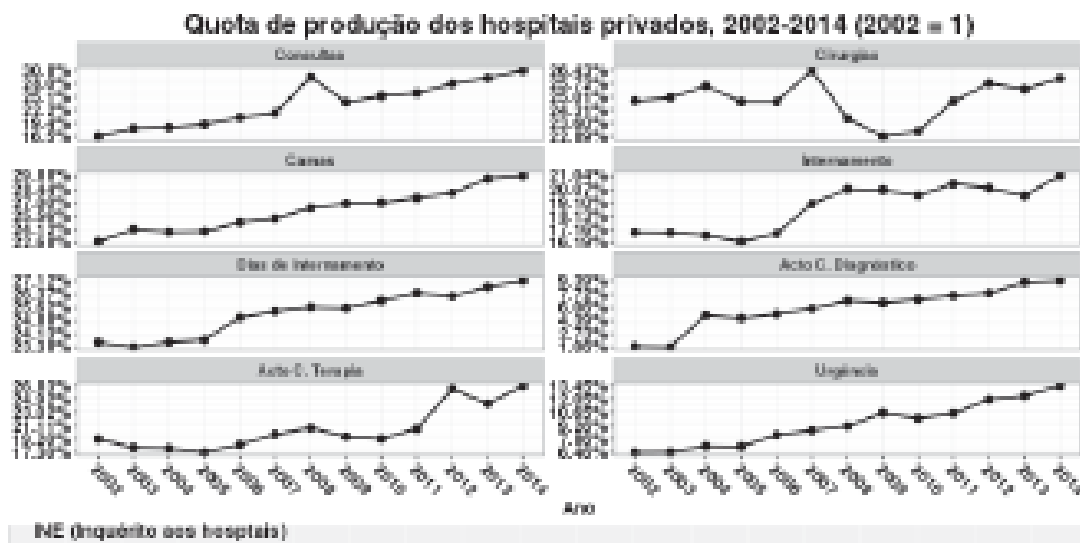


Figura 4.17: Quota de produção dos hospitais privados, 2002-2014.³¹⁸

Fonte: Varela, Guedes, «História do SNS em Portugal: a saúde e a força de trabalho, do Estado Novo aos Nossos dias», Observatório para as Condições de Vida (FCSH-UNL), Conselho Regional Sul da Ordem dos Médicos, IHC, Dezembro de 2016, 251 pág.

Quadro 4 – Remunerações do trabalho

Ano	Rendimento s do trabalho	Rendimento s do capital
1973	49,2%	51,8%
1974	54,6%	35,4%
1975	64,7%	35,3%
1976	63,8%	36,2%
1983	50,2%	49,8%

Fonte: Silva, Manuela, 1985.

A Importância do *salário social*

Concluímos que o salário social (que se mantém no controlo do Estado) é determinante porque, se é verdade que a queda das remunerações dos trabalhadores é maior a partir de 1977, ela é muito mais acentuada se retirarmos as contribuições sociais, que fazem parte do salário e são transferidas para o Estado.

Passa-se assim de 43,7% em 1973 para 57% em 1975 e 1976 e para 42,3% em 1983.

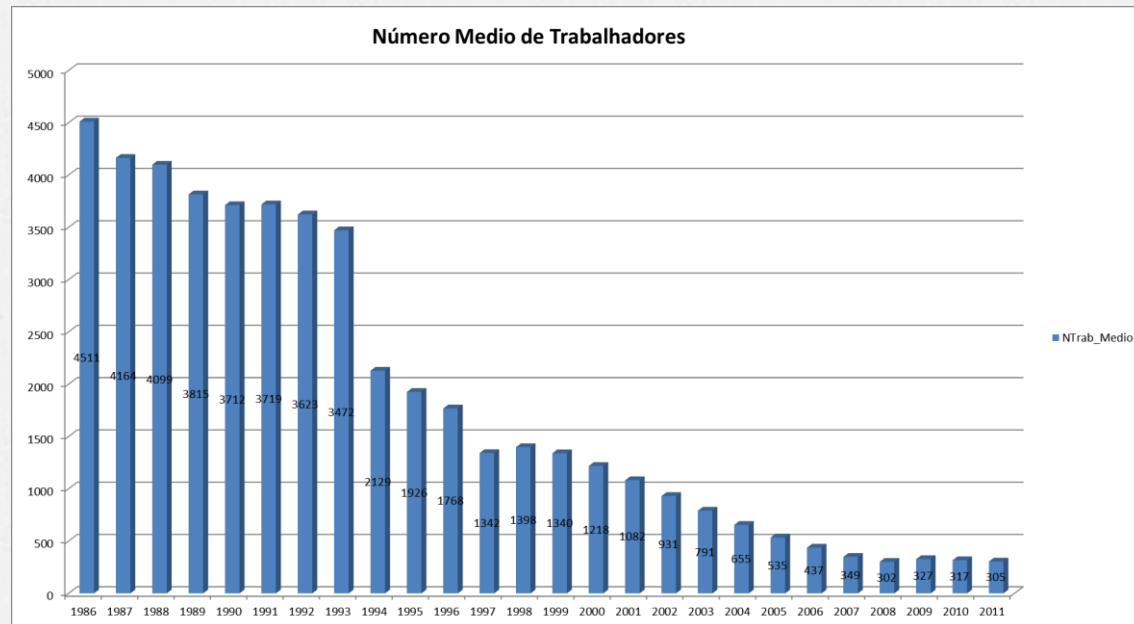
Ou seja, sem contar as contribuições sociais, o salário em 1983 é mais baixo do que em 1973.

Fonte: Silva, Manuela, Ibidem, p. 270.

Estado

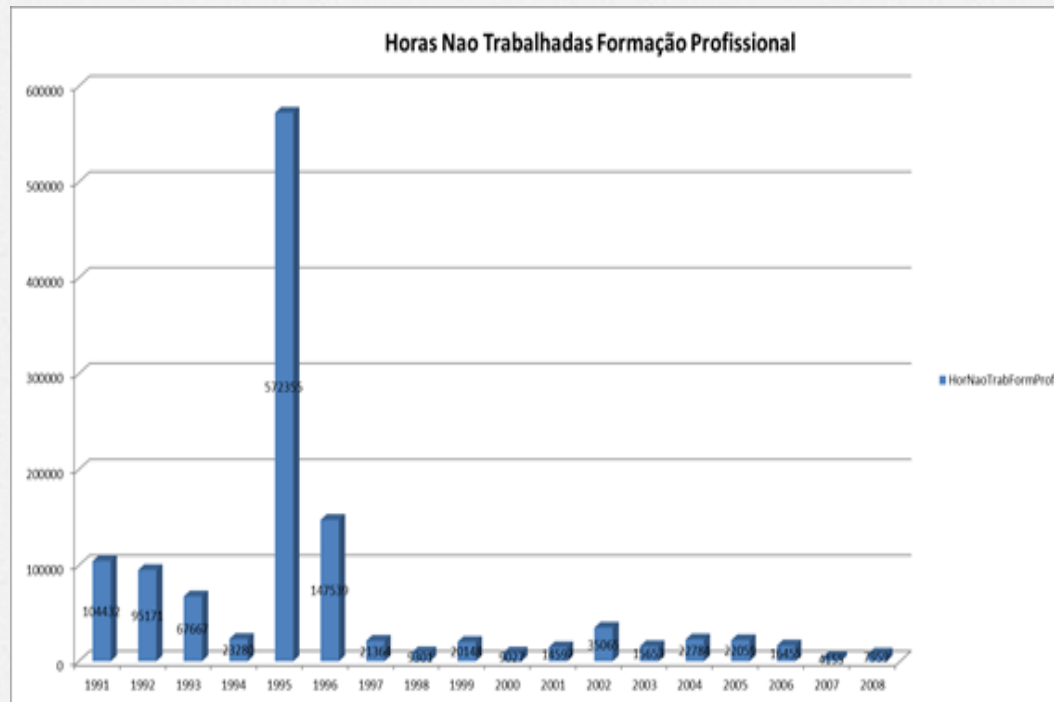
- Descapitalização da Segurança Social
- Mercantilização das Funções Sociais
- Financiar a precariedade – Para além do salário família/Programas Assistencialistas
- Medidas de regulação da flexibilização laboral

Lisnave: evolução da força de trabalho



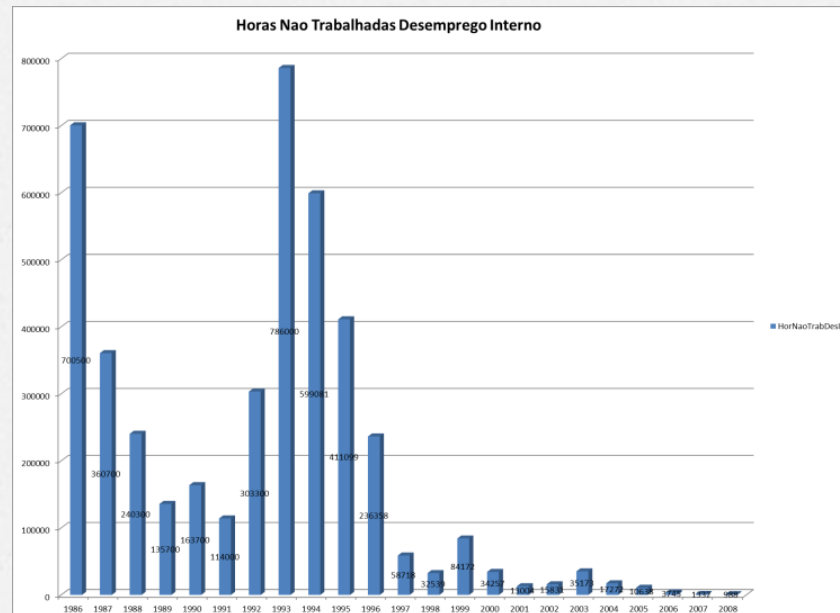
Fonte: Varela, Raquel, Rajado, Ana, «Work in the Portuguese shipyards of Lisnave: From the right to work to precariousness of employment» In Varela, Raquel, Marcel van der Linden, Hugh Murphy (eds), , *Shipbuilding Labour Around the World: a Global Labour History*, Amsterdam, Chicago University Press, 2017, pp. 339-364.

Lisnave: evolução da força de trabalho



Fonte: Varela, Raquel, Rajado, Ana, «Work in the Portuguese shipyards of Lisnave: From the right to work to precariousness of employment» In Varela, Raquel, Marcel van der Linden, Hugh Murphy (eds), , *Shipbuilding Labour Around the World: a Global Labour History*, Amsterdam, Chicago University Press, 2017, pp. 339-364.

Lisnave: evolução da força de trabalho



Fonte: Varela, Raquel, Rajado, Ana, «Work in the Portuguese shipyards of Lisnave: From the right to work to precariousness of employment» In Varela, Raquel, Marcel van der Linden, Hugh Murphy (eds), , *Shipbuilding Labour Around the World: a Global Labour History*, Amsterdam, Chicago University Press, 2017, pp. 339-364.

Há uma política neo-malthusiana?

Eugenização da força de trabalho

- 1 – Super população relativa a *mais*
- 2 – *População não produtiva (reformados)*
- 3 – *População com baixa produtividade (doentes crónicos por exemplo)*

Reabsorção da força de trabalho com piores condições laborais (37% salário inferior, profissões desqualificadas)